

Sobre a montagem da mente



Por **FLÁVIO R. KOTHE***

A racionalização toma as formas da razão para manter a dominante irracional do discurso ou da ação

Antigas metrópoles europeias se tornaram, após a Segunda Guerra Mundial, colônias de uma antiga colônia inglesa. Com o território ocupado por tropas americanas, não gozam de plena soberania, mas seu orgulho tem impedido de reconhecer o fato, camuflado sob a opinião de que são países democráticos e livres; no Brasil, o intelecto continua tomando o pensamento europeu como se fosse da metrópole. Seus presidentes e primeiros-ministros obedecem às ordens da Comunidade Europeia, que obedeça ao ditado da OTAN, controlada pela cúpula de Washington.

Há uma intensa lavagem cerebral feita pela mídia e pelas séries de televisão, que não é decifrada pelo pensamento autônomo. Faltou a grandes pensadores europeus enfrentar a estrutura teológica da filosofia europeia presente em santos como Agostinho e Aquino. Essas estruturas foram impostas pela Igreja Católica na América Latina e não são desveladas.

É fácil ficar na desconstrução de coisas menores, aplicar conceitos da moda em casos locais como se essa mente colonizada fosse sinônimo de ciência. Difícil é enfrentar as grandes construções que nos dominam. No último ano, estamos enfrentando a lavagem cerebral que a mídia otanista está impondo quanto à guerra na Ucrânia, que é antes uma guerra contra o expansionismo ianque e o crescimento mundial da extrema direita.

Difícil para os arquitetos é, por exemplo, romper com a ideologia do conforto humano como destino da profissão. O pressuposto é que o homem é uma criatura divina, com direito a tomar e usar tudo o que quiser, pois assim quis Deus. Com mais de 7 bilhões de humanos no planeta, será que ele não é o ser mais destrutivo da vida na Terra? Em vez de ser o retro olhar criativo da natureza sobre si mesma, como queriam os românticos alemães, ele já é o retroagir destrutivo da natureza contra si mesma. O cristianismo nega e perturba a relação natural do homem com sua origem. Há pressupostos teológicos onde não se suspeita.

Mesmo Jacques Derrida adotou a noção de que o significado seria oriundo de um jogo de diferenças no plano do significante. Isso provinha da noção de signo em Ferdinand de Saussure, que propunha o signo como algo fechado, separado da coisa significada. Essa concepção de signo tinha, no entanto, escondida a definição do homem como constituído por corpo e alma: significante material e significado espiritual. O que dá significação é a coisa, ela não é apenas significada: ela determina o significado por aquilo que ela é.

Na ironia, o sentido do signo tende a ser, porém, contrário ao significado. Introduz-se então uma terceira dimensão, que seria como que o espírito. Como ficava a relação entre corpo, alma e espírito?

Seria possível pensar, porém, a identidade sónica apenas como decorrência do jogo de diferenças ou seria preciso ter a identidade como fundamento da própria diferença? Não só no sentido de que ela decorreria de uma diferenciação, mas que ela própria teria uma identidade, que seria a identidade da diferença? Se a ironia é uma duplicidade do discurso – que não é mera ambiguidade –, será que não seria um modo de dizer o outro, diferente do que se diz? Isso levava à noção de alegoria, como dizer o outro: não se entende uma alegoria se não se sabe o que ela significa em suas figuras.

Platão foi um mestre da ironia. Seu protagonista Sócrates nunca diz o que pensa. Alcebiades diz isso claramente no final do *Simpósio*, como comentário à proposta de Diotima no sentido de que o grande amor não seria mais em relação a uma

pessoa e sim ao princípio da beleza. Ora, isso é negar o amor, que é sempre um relacionamento, não apenas uma projeção utópica. No final da *República*, Sócrates nega a existência do mundo das ideias: ele poderia ser recriado ao se olhar num grande espelho ao se andar com ele pelo campo.

A mentalidade colonizada se mostra com excessiva frequência na universidade ao se tomar como referência um pensador europeu – se possível francês, talvez alemão – que vai fornecer o âmbito teórico, dentro do qual vão ser enquadrados os dados da pesquisa. Trata-se de um leito de Procusto: espicham-se ou cortam-se os dados até caberem no esquema teórico invocado. Isso faz parte da tradição metafísica que domina a América Latina, cujas cidades foram construídas em torno de um templo católico, mostrando no desenho urbano como deveria ser a cabeça dos habitantes.

No teatro do *Siglo de Oro*, todos os principais dramaturgos – Lope de Vega, Tirso de Molina, Calderón de la Barca – escreveram peças que tratavam basicamente de um tema: o temor da corte espanhola de que seus enviados à América pudessem se associar aos indígenas, em especial às indígenas, para formar países independentes, dos quais não se poderiam mais extrair os proveitos da estrutura colonial.^[1] São peças como *Arauco Domado*, *As amazonas*, *Nossa Senhora de Copacabana*, que não costumam ser lidas nas escolas nem universidades brasileiras, embora sejam sintomáticas da história. O ensino não serve para emancipar e sim para domesticar as mentes.

A Igreja Católica entrou no esquema colonial para ajudar a manter o controle sobre os emissários do rei. Quando estes falhavam, era possível “se queixar ao bispo”. Isso gerou muitos lucros à Igreja. Não por acaso as penínsulas ibérica e itálica abundam de igrejas e mais igrejas, conventos e mais conventos. Assim se manteve lá o controle sobre o modo de pensar.

Na França não foi muito diferente, embora ela não tivesse oficialmente Inquisição, na prática a Faculdade de Teologia da Sorbonne controlava o *nihil obstat* das publicações, a noite de São Bartolomeu foi um genocídio de “protestantes”, dois ministros do século XVII foram cardeais, a chama humanista que brotou em Port Royal foi violentamente debelada, Descartes teve de fugir do país e acabou envenenado, Voltaire teve de optar pelo exílio. Até hoje os pensadores franceses não costumam enfrentar os fundamentos teológicos da filosofia. Os alemães também não.

A desconstrução que não desvendar e não desvelar a estrutura profunda construída pela tradição metafísica não vai enfrentar o que continua ditando a vida e a maneira de ver de todos. É preciso ver onde ela aflora e daí ter consciência de que seria possível ver as coisas de outro modo. O problema se torna pior onde não queremos ver que somos marionetes de estruturas que nos controlam e cujos meandros não captamos.

Se, por exemplo, tratarmos de desconstruir a mente colonizada porque Jacques Derrida disse para se fazer isso, então vamos continuar a obedecer ao ditado vindo de Paris. Não adianta dizer que ele é argelino. Ele é tão pouco africano quanto Santo Agostinho. Os dois aderiram às estruturas europeias, e isso é que lhes garante repercussão. Os dois fazem parte de esquemas maiores do que eles e do que nós.

Se a questão da “*différance*” é pensada a partir do jogo entre significantes conforme proposto por Saussure no *Cours de Linguistique Générale*, é preciso ver se a estrutura do signo proposta como fechada e constituída por significante e significado não reproduz, e não por acaso, a estrutura metafísica e teológica do ser humano como constituído por corpo e alma. Se o signo é visto como fechado em si, sendo o significado gerado pelo jogo de diferenças nos componentes do significante, então se cai novamente no idealismo, em que estruturas mentais geram as coisas. A ironia como figura de linguagem costuma inverter o sentido do termo, fazendo com que não mais coincida com o significado habitual. Se o significante equivale ao corpo e o significado à alma, como se situa o sentido? Ele seria o espírito, uma terceira instância.

O mesmo esquema “do mais material para o mais espiritual” estrutura o sistema das artes de Hegel. Para ele, a arquitetura é a mais grosseira e simplória das linguagens artísticas, mas ela é fundamental, pois abriga todas as demais artes. Ela se torna aí mais artística à medida que se aproxima da escultura. Ambas fazem parte das artes visuais, das artes plásticas. Será que arquitetura é algo que apenas se enxerga? Como ficam os demais sentidos, como a audição, o tato, o olfato? São descartados.

Ora, isso está ancorado em Platão, para quem havia dois sentidos espirituais – a visão e a audição – e três sentidos corporais. Isso é ignorância, que se mantém como estrutura metafísica. Visão e audição são tão corporais quanto os três outros são espirituais. Nos cursos de artes só se estudam os ofícios relativos à visão e à audição, descartando-se os demais. O tato é menosprezado por Santo Agostinho, pois leva aos prazeres da carne. Quanto maior a tentação, maior precisa ser o

exorcismo. Culinária e perfumaria não são ensinadas nem pesquisadas na universidade. Isso decorre de uma imposição metafísica inconsciente.

A noção de desconstrução ou do galicismo desconstrução parte da noção de construção. A negação de construção seria, normalmente, desconstrução, como ocorre em necessário/desnecessário ou autorizar/desautorizar, mas tem sido usado o termo desconstrução, que soa mais próximo ao francês e parece estar de acordo com a tradição latifundiária brasileira, cujos filhos iam estudar na França, que passou a servir de modelo de cultura, civilização, história literária. Optar por desconstrução não é mais nacional, mais brasileira, pois é a troca do senhor francês pelo senhor lusitano. A França já não é mais uma potência colonial. Como seus vizinhos Alemanha, Espanha, Portugal, Itália e outros, tem o seu território tomado por tropas e postos avançados do exército americano.

Depois de os russos terem derrotado o nazismo, a OTAN foi criada para assegurar o domínio americano na Europa, deixar os russos longe e a Alemanha por baixo. A União Europeia obedece ao que é ditado pelos generais da OTAN. A pesquisa nas universidades brasileiras obedece ao ditado das antigas metrópoles europeias. Só assim se pensa: fazendo de conta que se pensa como europeu. Nos Estados Unidos, as melhores universidades são particulares e as anuidades estão acima do que na América Latina poderiam pagar as classes baixas e médias. Assim, o melhor ensino é privativo dos mais ricos: o que este sistema vai produzir tende a estar no âmbito plutocrático que impera na sangrenta história do país.

A relação entre mente e construção arquitetônica já aparece em Platão: a moradia como amostra da mente do proprietário, arquitetura como subjetividade objetivada. Vitruvius constrói os seus dez livros como se fossem dez edificações: recebe o leitor no átrio, conta-lhe uma agradável história para bem recebê-lo, e depois o leva para o interior, em que se estudam tipos de colunas, cores, salas de concerto etc. Alberti queria que o templo expressasse a grandeza da Igreja e a perfeição divina. Arquitetura era doutrinação, sermão petrificado. A “casa de Deus” é uma contradição evidente: um deus infinito não cabe numa casa, um deus todo poderoso não precisa de um abrigo. Os fieis não querem ver isso, no entanto. O templo é sintoma do seu inconsciente, mas também de sua compreensão do homem: reduzido ao essencial, ele é alma, não se constroem banheiros nos templos católicos.

Santo Agostinho, no livro X, item 8, das *Confissões*, compara a mente com um palácio: “Chego aos campos e vastos palácios da memória, onde estão tesouros de inumeráveis imagens trazidas por percepções de toda espécie. Aí está também escondido tudo o que pensamos, quer aumentando quer diminuindo ou até variando de qualquer modo os objetos que os sentidos atingiram” ^[ii] O modesto santo via em si um palácio interior, não uma simples casa nem choupana. Nesse palácio poderiam ficar também imagens olvidadas. A mente como palácio ou palacete cabia para quem era filho de um rico senhor de escravos, um patriarca que fez da esposa uma serva: a conversão de Agostinho, do maniqueísmo ao catolicismo, foi uma opção pela mãe, que era cristã, e aparentemente contra o pai. De fato, no entanto, transpôs a estrutura escravagista do âmbito social e econômico para o âmbito da crença: Deus se tornou o Senhor; o crente passou a se ver como servo, como escravo da vontade do Senhor. Mesmo o mais humilde sacerdote só aceita um Deus como seu senhor. A noção da mente como uma construção é, no entanto, evidente. Trata-se de um *topos* literário e filosófico.

Descartes já havia associado a alma ao mistério da Santíssima Trindade: Cristo seria a paixão, o sentimento, o estado de ânimo; o Espírito Santo seria a inteligência, a intelecção, a organização do entendimento em conceitos; Deus-Pai corresponderia à razão que decide e comanda. Seria possível acrescentar o juízo como mediação entre ideia e conceitos, ou seja, a figura que transformaria ideais em decisões concretas, o que corresponde ao mito da Virgem Maria, que, ao gerar Jesus, teria tornado carne o espírito divino e feito com que ele habitasse entre nós.

Immanuel Kant comparou mais de uma vez a mente a uma construção arquitetônica: *Bau*. Na *Crítica da razão pura*, tem-se um sistema em que a imaginação carrega as múltiplas imagens dos sentidos para a mente, o entendimento organiza isso em conceitos e, por cima, impera a razão, que é mediada pela capacidade judicativa. Tem-se, portanto, a organização da mente com a estrutura de um espaço construído, em que a base são os sentidos, o entendimento conceitual forma as paredes das salas, o juízo é o teto e a razão é o telhado.

Caso se queira radicalizar a imagem da casa, como as imagens dos sentidos são múltiplas e caóticas, enquanto as ideias são apenas três, surge a figura da pirâmide como expondo a mente humana. Nietzsche observou, no entanto, que a maior parte do que os sentidos captam não é levado à consciência. Haveria, portanto, uma triagem inconsciente das percepções, para destacar aquelas poucas para as quais a atenção precisa se voltar, dando-lhes nome e avaliação. Então se teriam percepções inconscientes, concepções inconscientes, juízos inconscientes, ou seja, uma pirâmide inversa enterrada no

inconsciente, a sustentar a pirâmide consciente.

O que se fala de Kant se baseia na versão que é difundida e não é igual à primeira edição, a qual deu origem, na universidade de Jena, ao idealismo e ao romantismo. Um dos pontos básicos é que Kant havia se perguntado se, no processo de conhecimento, a “alma” humana se transforma, ao amadurecer, ao ajuizar dados, ao se arrepender ou se converter. A alma, sendo mutável, estaria dentro do tempo e, portanto, não poderia ser eterna. Kant não desenvolveu isso, mas a hipótese despertou a ira dos pietistas, luteranos mais radicais. A alma seria mortal. Kant era um luterano e não queria se contrapor aos princípios da religião. Schopenhauer criticou Kant pelas mudanças feitas no texto, Nietzsche o chamou de teólogo.

Essa noção de *Bau*, espaço construído, da mente como um constructo, foi proposta por Marx para a estruturação da sociedade: a parte fundante, condição de existência da vida, é a produção de bens, o “*Unterbau*”, que foi traduzido como infraestrutura, perdendo-se aí a noção de que se tratava dos alicerces de uma construção, a condição de sobrevivência, a determinar o que se poderia construir em cima disso na vida social; a parte delimitada por paredes constitui a vida social; a parte do telhado, que recobre e protege a moradia coletiva, seria então o “*Überbau*”, que foi traduzido por supraestrutura e, pior ainda, por superestrutura, entendida como expressão cultural.

Quando Marx se propôs a estudar o modo de produção capitalista e descobriu como sua chave o *Mehrwert*, que foi mal traduzido por mais-valia (que veio de *plus-value* e que deveria ser *plus-valeur*) e significa valor a mais ou mais-valor, ele fez um longo estudo sobre as diferentes teorias do valor a mais, volume que foi incorporado à edição do *O capital*, em geral como quarto volume, e que parece que não teve ainda edição em português. Ele desconstrói as teorias precedentes da mais-valia e, dessa distância crítica em relação ao que até então era dito sobre questão, ele constrói o primeiro volume do *O capital*, que foi o único volume que ele aprontou para ser publicado.

Quando ia sair a segunda edição, ele fez uma desconstrução do seu primeiro volume, no sentido de retirar centenas e centenas de sublinhamentos postos na primeira edição e que comandavam a leitura. Nesse sentido, a segunda edição permitia maior liberdade crítica. *O capital* é uma obra que ficou incompleta, pela morte do autor. Estava prevista para 20 volumes. Eu traduzi tópicos relativos a questões estéticas no livro *Fundamentos da teoria literária* (Editora Cajuína).

Kant, no final do segundo prefácio à *Crítica do juízo*, faz uma observação que se tornou histórica: diz que, quando as nossas percepções estão adequadas ao que é nossa vontade, tendemos a considerá-las verdadeiras. Ele não disse que eram verdadeiras: apenas nos pareciam ser. Na primeira edição da *Crítica da razão pura* havia discutido diversas formas de paralogismos, argumentos que parecem ser verdadeiros, mas não são. Esses argumentos críticos evaporaram nas outras edições correntes, em que ao descrever a máquina da mente como que faz um projeto para a maquinaria do Estado: para isso, teve de tornar menos relevante a imaginação. O que levou o pensador a mudar mais de cem páginas do seu texto foi, provavelmente, a morte do seu protetor Frederico, o Grande, e a ascensão da repressão ideológica no sucessor.

Schopenhauer criticou acerbamente essas modificações. Sua obra mais extensa, *O mundo como vontade e representação*, tem sido lida como exaltação à vontade, sendo o mundo uma representação dela. Talvez chegue ainda a hora em que se vai ler isso pelo avesso: a denúncia de que o mundo seja uma imposição da vontade humana, a condicionar os modos de representá-lo. Nesse sentido, sua obra tem uma desconstrução em si.

Nietzsche reforçou essa leitura ao dizer que não se trata simplesmente de uma vontade singela e inocente, mas uma vontade direcionada ao poder: *Wille zur Macht*. É uma vontade de dominar, de exercer domínio sobre o outro. Não é apenas um desejo de potência, como tem sido traduzido e entendido. Embora sirva de clichê para rotular Nietzsche, ele, no fim de sua vida lúcida, registrou que, examinando o conceito mais de perto, percebia que nessa “vontade” convergiam tendências e mobilizações muito diversas, de maneira que o conceito deveria ser abandonado por ser uma simplificação.

O próprio sujeito é formado por forças contraditórias, de maneira que a vontade é apenas uma resultante provisória do que num momento se mostra dominante. Nesse sentido, ele havia criticado a noção kantiana de imperativo categórico, que é decretado por um sujeito em nome de sua liberdade interior, diferente da vontade do Estado ou das instituições, mas interferindo na liberdade alheia.

Quando Freud traduz e reduz o conceito de vontade (*Wille*) para *Wunsch* (desejo), ele como que amaina o ímpeto da vontade de dominar e da ânsia de poder, mas lhe dá novo furor ao concentrar no desejo como sexualidade. Nietzsche tinha consciência da repressão ideológica e política do seu tempo, mas não colocou essa dimensão no próprio impulso da

vontade pessoal no sentido de se contrapor a uma vontade dominante. Em Freud está presente, junto com as pulsões do desejo, também a força contrária da repressão. O próprio desejo fica deslocado, deformado e tresloucado em sua “pureza” por forças que o consideram impuro. Não haveria mais “razão pura”, mera forma sem conteúdo, sem materialidade, cópia humana da mente divina como entendida por Aquino e a escolástica.

Nietzsche dizia que não há “indivíduo”, como se o sujeito não fosse dividido. Ele foi o filósofo que mais insistiu na noção de inconsciente, noção que já havia em Fichte e Leibniz: a razão consciente não esgota a mente. A mente é, para ele, palco de forças contraditórias. Viu a mente como palco de forças contraditórias, povoada de fantasias e armadilhas, em que o correto segundo certos padrões considerados certos impede que se veja o que fica além. A racionalização toma as formas da razão para manter a dominante irracional do discurso ou da ação.

***Flávio R. Kothe** é professor titular aposentado de estética na Universidade de Brasília (UnB). Autor, entre outros livros, de Benjamin e Adorno: confrontos (Ática).

Notas

[i] KOTHE, Flávio R. “História como ideologia: a conquista da América no teatro do Siglo de Oro”, ensaio, in *Signótica*, Goiânia, vol. 1, nº 1, 1987.

[ii] AGOSTINHO, Santo. *Confissões* na coleção Os Pensadores, São Paulo, Editora Abril Cultural, 1979, p. 176.

O site A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.
Ajude-nos a manter esta ideia.
[Clique aqui e veja como](#)